

PROJETO DE LEI N.º 7.951, DE 2010

(Do Sr. Márcio Marinho)

Altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, de forma a tornar obrigatória a execução do Hino Nacional em todos os eventos desportivos oficiais promovidos por entidades de administração desportiva, realizados em território nacional.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-7903/2010.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se ao § 3º do art. 25 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, a seguinte redação:

Art. 25	 	

 IIII – em todos eventos desportivos oficiais promovidos por entidade de administração desportiva.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O esporte é uma importante expressão cultural do povo brasileiro. Apela ao sentimento de pertencimento à pátria e fortalece os vínculos afetivos e cívicos do cidadão com o Brasil.

Nas ocasiões de competições esportivas, o povo se reconhece, seja num praticante ou num estilo de jogo que identifica como característico de seu país

O Hino Nacional passa a ser um símbolo de grande potencial mobilizador de demonstrações de apreço e orgulho pela pátria. Sua execução permite que aflore a brasilidade de cada espectador. É o que se vê, cotidianamente, por meio das televisões, quando se realizam eventos esportivos internacionais.

A proposta oferecida à consideração dos Pares, corresponde a medida que poderá contribuir para cultivar o civismo da população brasileira.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 2010.

Deputado MÁRCIO MARINHO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971

Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte

CAPÍTULO I DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São Símbolos Nacionais:

I - a Bandeira Nacional;

II - o Hino Nacional;

Lei:

III - as Armas Nacionais: e

IV - o Selo Nacional. (Artigo com redação dada pela Lei nº 8.421, de 11/5/1992)

CAPÍTULO II DA FORMA DOS SÍMBOLOS NACIONAIS

Seção I Dos Símbolos em Geral

Art. 2º Consideram-se padrões dos Símbolos Nacionais os modelos compostos de conformidade com as especificações e regras básicas estabelecidas na presente lei.

Seção II Da Bandeira Nacional

- Art. 3° A Bandeira Nacional, adotada pelo Decreto n° 4, de 19 de novembro de 1889, com as modificações da Lei n° 5.443, de 28 de maio de 1968, fica alterada na forma do Anexo I desta lei, devendo ser atualizada sempre que ocorrer a criação ou a extinção de Estados. ("Caput" do artigo com redação dada pela Lei n° 8.421, de 11/5/1992)
- § 1° As constelações que figuram na Bandeira Nacional correspondem ao aspecto do céu, na cidade do Rio de Janeiro, às 8 horas e 30 minutos do dia 15 de novembro de 1889 (doze horas siderais) e devem ser consideradas como vistas por um observador situado fora da esfera celeste. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 8.421, de 11/5/1992*)
- § 2° Os novos Estados da Federação serão representados por estrelas que compõem o aspecto celeste referido no parágrafo anterior, de modo a permitir-lhes a inclusão no círculo azul da Bandeira Nacional sem afetar a disposição estética original constante do desenho proposto pelo Decreto n° 4, de 19 de novembro de 1889. (*Parágrafo acrescido pela Lei n°* 8.421, de 11/5/1992)
- § 3° Serão suprimidas da Bandeira Nacional as estrelas correspondentes aos Estados extintos, permanecendo a designada para representar o novo Estado, resultante de fusão, observado, em qualquer caso, o disposto na parte final do parágrafo anterior. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 8.421, de 11/5/1992*)

FIM DO DOCUMENTO